



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 022/2011**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às 09:43 (nove horas e quarenta e três minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima décima segunda reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Eros Miguel Sadowoy Martins como secretário ad hoc. Estiveram presentes os conselheiros titulares, Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Omar Azambuja Condotta, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luis da Silva Vargas, Pedro Luís Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, e os conselheiros suplentes, Fátima Regina Carlos Saikoski, José Marcelino Heck, Manuel Roberto Escobar e Alexandre Miguel. Aberta a sessão, passou-se à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada sem retificações. No espaço de informes, o conselheiro Vargas informou que a votação do PL nº 1992/07, que trata da criação da previdência complementar, cuja votação estava prevista para o dia 10/08/11, na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, não ocorreu, muito provavelmente em decorrência do Seminário promovido pelo SINDILEGIS, ocorrido no dia anterior à votação. Informou também que a Presidente Dilma sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e que dentro dos diversos vetos feitos pela Presidente, chamou atenção do conselheiro aquele relativo aos possíveis aumentos reais para os aposentados que ganham acima do salário mínimo. O conselheiro entendeu lamentável não se ter colocado na lei a previsão de aumento real aos aposentados. Leu a matéria veiculada na imprensa e pediu o respectivo registro em ata. A conselheira Fátima informou sobre o movimento dos servidores públicos do Município, do Estado e da União, com atuação na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, os quais farão uma nova assembléia amanhã, dia 17/08/11, às 14h, na Igreja Pompéia, com indicativo de greve, em função da postura intransigente do Governo na reivindicação das trinta horas para todos os trabalhadores da área da saúde. O presidente Brum justificou a ausência do conselheiro-secretário Adeldo Rohr, em decorrência de agenda de trabalho, e dos conselheiros Alexandre Dias Abreu e Sueli de Fátima Mousquer, sendo o conselheiro em função de reunião no SIMPA e a conselheira em virtude de participação na Marcha das Margaridas. Informou que em relação à previdência complementar, o Senador Paulo Paim, em entrevista à imprensa, manifestou que a alíquota de contribuição da previdência complementar dos servidores públicos será em torno de 7,5% para os servidores e 7,5% para o ente. Informou, ainda, sobre o “movimento liberação zero”, dos Engenheiros, Arquitetos, Geógrafos e Geólogos do Município, que cessou após a assembléia do dia 12/06/11, a qual aprovou o acordo com o Governo de uma gratificação de quinhentos reais a partir de 01/06/11 até que fosse concedida a gratificação de responsabilidade técnica reivindicada pelos servidores. Disse que em 01/07/11, foi instalado o grupo técnico paritário, com oito membros indicados pelo Governo e oito membros representantes dos servidores. Salientou que até o momento não foi pago nada do que foi acordado pelo Governo, e que as informações mais recentes dão conta de que o Governo não pretende estender a gratificação aos aposentados e pensionistas, sendo que isso não havia sido dito aos representantes dos servidores na ocasião da negociação, e está provocando revolta junto aos servidores. O conselheiro Rigotti informou sobre o curso CPA-10 do Banco do Brasil, que não será na forma presencial, mas por vídeo conferência, e que ocorrerá, provavelmente, no mês de setembro. Solicitou à secretaria do Conselho, que encaminhe ao Gabinete do Diretor-Geral o endereço eletrônico dos conselheiros para as providências cabíveis. Informou também, que a AGIP estará promovendo o “Seminário de

50 Qualificação para os Conselheiros e Gestores de RPPS”, nos dias 12 e 13 de setembro de 2011, na  
51 sede da AIAMU, sendo que foram disponibilizadas doze vagas para o PREVIMPA. O prazo para  
52 confirmação de interesse é até o dia 19/08/11, junto à secretaria do Conselho de Administração.  
53 Ficou consensuado que caso haja interessados além das vagas previstas, na próxima reunião se  
54 definirá os nomes dos participantes. Concluiu dizendo que o Seminário do PREVIMPA está  
55 previsto para os dias 01 e 02 de dezembro, e será em conjunto com o IPÊ. Foi feito um convênio  
56 com a ACESPA para a organização do evento. O PREVIMPA e o IPÊ entram com uma verba e a  
57 Organizadora vai providenciar patrocinadores para o evento. Disse que os temas escolhidos são  
58 polêmicos, e citou: previdência complementar, regime capitalizado e área de investimentos, os  
59 quais propiciarão boas discussões entre os participantes. Passou-se na seqüência à pauta do dia,  
60 continuação da apreciação dos processos nºs 009.000422.10.0- Estrutura do PREVIMPA, e  
61 009.003821.10.2 – Estrutura Organizacional/Alteração de Dispositivos da LC nº 478/02,  
62 conselheiros-relatores, Pedro Luís Martins e Francisco José Menezes da Silva. O presidente Brum  
63 informou que dentre as informações solicitadas pelos conselheiros em relação ao impacto financeiro  
64 da nova estrutura, não veio aquela relativa à GPREV. O conselheiro Rigotti, na condição de  
65 Diretor-Geral, explicou que o processo da GPREV já passou anteriormente pelo Conselho, que na  
66 ocasião emitiu o seu parecer sobre o assunto, e que agora o assunto é a Estrutura do Departamento.  
67 A conselheira Maris perguntou ao conselheiro Rigotti quantos cargos foram criados no PREVIMPA  
68 do ano passado até a presente data. O conselheiro respondeu que não foi criado nenhum cargo. A  
69 conselheira Maris disse discordar que o assunto GPREV não esteja interligado com a Estrutura do  
70 PREVIMPA. Salientou que as FGs que estão sendo criadas têm repercussão financeira e incidem  
71 sobre a gratificação e que devem ser apreciadas conjuntamente. O conselheiro Gilmar disse que na  
72 discussão da GPREV já havia o esboço do número de cargos e FGs a serem criadas, entretanto, não  
73 lembra se foi feito o cálculo atuarial. Também não lembra de estarem previstas quatorze Unidades.  
74 Colocou que na época foi questionado o CC8 para o cargo de Supervisor de Gabinete, que foi  
75 instituído há uns seis anos atrás pela SMA, como um Diretor Substituto, que na prática, nem sempre  
76 substitui. Ponderou que o PREVIMPA não tem essa necessidade. O conselheiro Brum opinou que  
77 Estrutura e GPREV devem ser apreciadas no mesmo momento, e que a estrutura proposta é militar,  
78 antiga e com um inchaço de Diretorias. Disse que se poderia ter tentado alguma proposta melhor. O  
79 conselheiro Rigotti disse que não concorda com o posicionamento do presidente Brum, que já havia  
80 sido externado e registrado na Ata da reunião passada, de que *“o projeto da estrutura não teve*  
81 *trabalho técnico para a sua definição.”* Disse ser uma inverdade e defendeu o trabalho técnico que  
82 foi executado por três Administradores, e que as mudanças na estrutura, na prática, já ocorreram,  
83 pois o PREVIMPA possui setores que já fazem as atividades necessárias, com servidores se  
84 responsabilizando por todo um funcionamento de setores que estão operando na informalidade.  
85 Argumentou que embora o Conselho seja consultivo, as sugestões feitas pelo Conselho em relação  
86 às FGs serão ponderadas junto aos técnicos, e que quando foi instituído o Departamento, não se  
87 conhecia todas as atividades que demandariam para o bom funcionamento da Instituição. Referiu  
88 que no quadro antigo foram previstos cento e oito cargos e que no novo reformulou-se para cento e  
89 vinte cargos. Disse que anteriormente não se imaginava que o PREVIMPA fosse demandado com  
90 mil e quinhentos atendimentos mensais, nem mesmo as diversas demandas hoje executadas pelo  
91 Serviço Social. Reiterou que essa estrutura vai dar mais agilidade na concessão dos benefícios, e  
92 que não é uma mera análise de cargos, entram aí outras variáveis, como: eficiência e eficácia,  
93 favorecendo o cumprimento das atividades do PREVIMPA. O presidente Brum disse que o registro  
94 em Ata não corresponde ao que foi falado, lembrando que a sua fala foi essa: *“ é impossível que a*  
95 *PMPA não tenha Administradores para conceber essa estrutura.”* Continuou dizendo que a  
96 Estrutura proposta é tradicional e achou um exagero a compartimentação das atividades, não  
97 havendo aí nenhum desprezo aos colegas Administradores, pois o produto pode não estar  
98 correspondendo ao que os técnicos gostariam, sendo um produto de Governo e de pressão de grupos  
99 profissionais que lutam para ascender profissionalmente. Ponderou que talvez com outra orientação  
100 se pudesse produzir uma estrutura mais moderna e mais produtiva. Não duvida que houve trabalho  
101 técnico, mas não sabe como foram feitas as discussões. O conselheiro Omar colocou que o processo

102 da Estrutura não precisava legalmente ter vindo ao Conselho, que nessa questão é órgão consultivo,  
103 e que a estrutura depende do gestor, pois politicamente é assim que funciona. Exemplificou que na  
104 semana passada viu publicação no DOPA da criação do CC8 na Secretaria dos Direitos dos  
105 Animais (SEDA), e que o maior cargo depois do Secretário é o Chefe de Gabinete CC8, e ponderou  
106 que a criação desse cargo talvez seja uma orientação de Governo. O conselheiro Gilmar disse que a  
107 Diretoria Previdenciária possui um atendimento extremamente técnico, com demandas também do  
108 TCE. Citou a UCRA e a UCRP que tem interface com o Tribunal de Contas em atendimento às  
109 requisições de documentos, diligências, negativas e desconstituições, inclusive quando há negativa  
110 de registro dos Atos, que envolvem recurso pela Assessoria Jurídica do PREVIMPA, e nesses  
111 casos, essas Unidades fazem toda a instrução do processo para possibilitar a defesa. Sugeriu que  
112 fosse criada a FG de Assistente Técnico nas duas Unidades, junto a quem faz o atendimento ao  
113 TCE, e reiterou manifestações anteriores em relação à EPP e EPAA, sugerindo que se repense o  
114 número de Unidades a serem criadas. O Conselheiro Vargas disse que a planilha fornecida para  
115 subsidiar a análise do tema apresenta equívoco na quantidade de Assistentes Administrativos, pois  
116 são cinquenta e dois cargos criados e não cinquenta como está demonstrado. Salientou que no  
117 mesmo momento em que apresenta a necessidade de criação de novos cargos o PREVIMPA  
118 mantém servidores cedidos a outros órgãos. Exemplificou citando o fato de um Assistente  
119 Administrativo estar cedido enquanto existem doze adidos. Mostrou, também, que no quadro do  
120 Departamento estão providos quatro cargos de Procurador, contudo três deles estão cedidos.  
121 Classificou como ilógicas tais situações e alertou que a cedência demonstra a desnecessidade dos  
122 cargos e que, neste caso, deveriam ser extintos. Falou, ainda, que os adidos, incluídos os Técnicos  
123 em Contabilidade, Administradores e Assessores Jurídicos, salvo extrema necessidade, devem ser  
124 devolvidos aos órgãos de origem sem prejuízo da memória administrativa já que o Departamento,  
125 considerando o tempo de atividade, possui servidores próprios com o histórico funcional e  
126 capacidade suficiente para desenvolver as rotinas de trabalho. Disse que a Lei nº 11.006/10 criou e  
127 extinguiu cargos o que ocasionou despesas com a contratação de terceirizados. Relativamente às  
128 FGs existentes e a serem criadas, sugeriu que sejam ocupadas exclusivamente por servidores  
129 concursados para o quadro da Autarquia e que tal expediente seja consignado em lei. Concluiu  
130 asseverando que o PREVIMPA deve priorizar a construção de um Plano Classificado de Cargos e  
131 Salários que traga expectativas positivas, corrija eventuais distorções e possibilite o crescimento  
132 profissional dos servidores, culminando com a boa e necessária qualidade dos serviços. O  
133 presidente Brum disse concordar com o conselheiro Vargas de que deveria haver um plano de  
134 carreira para os servidores do PREVIMPA e não a concessão de gratificações. Disse que a Estrutura  
135 poderia ser mais enxuta e mais moderna. O conselheiro Manuel disse que as alterações na estrutura  
136 são para melhorar o trabalho, e que os colegas do PREVIMPA estão exercendo funções de grande  
137 responsabilidade na informalidade, e citou a área de investimentos e o desmembramento de  
138 atividades da Unidade Contábil relativas à receita e despesa em decorrência de exigências do TCE.  
139 A conselheira Marilena observou que o que está impactando a discussão são as FGS. Disse que o  
140 organograma atual não aponta quantas FGs seriam colocadas por setor, e com essa informação se  
141 poderia fazer a redução pertinente. Salientou que a FG se justifica quando o servidor galgar uma  
142 responsabilidade a mais na atividade que exerce. O conselheiro Omar reiterou que a estrutura é  
143 questão de Governo, e que cada gestor faz as estruturas conforme as necessidades. Já em relação ao  
144 CC8 de Supervisor de Gabinete, solicitou que seja feita a devida equalização. Também colocou que  
145 a Unidade de Investimentos deveria ser alçada à condição de Divisão, tendo em vista o grande  
146 volume de recursos que deverão ser gerenciados pelo RPPS, e talvez no futuro se tenha que  
147 terceirizar os investimentos. A conselheira Marisa disse concordar com o conselheiro Manuel, pois  
148 quando se está inserido no contexto se vê a necessidade das adequações. Quanto à cedência de  
149 funcionários, disse ser prática natural no Município e que os funcionários do PREVIMPA que estão  
150 cedidos, estão com ônus para o cessionário. Em relação à Estrutura disse que é passível de  
151 alterações sempre que se verificar a sua necessidade. Também concordou com o conselheiro Omar  
152 quanto à criação da Divisão de Investimentos. O presidente Brum propôs ao Colegiado mais uma  
153 semana de discussão da matéria. A conselheira Maris disse ter observado que os colegas do

154 PREVIMPA não estão engajados nas lutas do Sindicato e que o plano de carreira pode resolver a  
 155 questão de melhoria salarial. Salientou que o grupo que vai apreciar essa questão é aquele formado  
 156 por representantes do SIMPA e pela SMA. Alertou que os funcionários do PREVIMPA não têm  
 157 representação no Conselho de Representantes Sindicais (CORES), pois ninguém se elegeu na  
 158 Autarquia, e convidou os colegas para se juntarem à causa do Sindicato. O conselheiro Ricardo  
 159 sugeriu que os conselheiros tragam as suas sugestões na próxima reunião, e que após o debate se  
 160 vote as propostas e se encaminhe à Direção do PREVIMPA. Não havendo nada mais a tratar, foi  
 161 encerrada a sessão, às 11:28h (onze horas e vinte e oito minutos) e foi lavrada a presente Ata que  
 162 vai assinada por mim Eros Miguel Sadowoy Martins, Secretário ad hoc e pelos demais conselheiros  
 163 presentes.

164  
 165

166 Sérgio Luiz Brum - Presidente Eros Miguel Sadowoy Martins – Secretário

168  
 169

170  
 171 Alexandre Salgado Marder Francisco José Menezes da Silva

172  
 173

174  
 175 Eduardo Kreuzer Luiz Fernando Rigotti

176  
 177

178  
 179 Gilmar Cardozo dos Santos Omar Azambuja Condotta

180  
 181

182  
 183 Fátima Regina Carlos Saikoski Marilena Ruschel da Cunha

184  
 185

186  
 187 Maris Regina Vieira Honaiser Marisa Ney santos de Pinho

188  
 189

190  
 191 Pedro Luís da Silva Vargas Pedro Luis Martins

192  
 193

194  
 195 Alexandre Miguel Ricardo Zucareli Pulvirenti

196  
 197

198  
 199 Manuel Roberto Escobar José Marcelino Heck

200  
 201

202  
 203

204